

CAPÍTULO 2

Crítica Negativa: elementos para uma leitura anticapitalista do trabalho*

Fernando Gonçalves Ferreira
María Fernanda Escurrea

O objetivo geral deste capítulo é contribuir para uma leitura anticapitalista do trabalho a partir da crítica negativa que fundamenta a crítica do trabalho no capitalismo, em oposição à crítica positiva enquanto crítica do ponto de vista do trabalho. Para isto, são inicialmente apresentadas breves considerações sobre a contradição entre o desenvolvimento progressivo das forças produtivas e as relações sociais de produção, com intuito de recuperar algumas das particularidades específicas que se processam sob o capital. Na sequência, é tratada a centralidade que o trabalho assume na sociedade mercantil como condição necessária para abordar aspectos gerais sobre o fenômeno do estranhamento, característico desta forma de organização social. Pretende-se com o conjunto de aspectos desenvolvido nesses dois primeiros itens embasar a crítica negativa e a leitura anticapitalista, último item do trabalho, revelando a dimensão histórica, ontológica e de transformação social presente na perspectiva marxiana que ilumina esta reflexão e que possibilita pensar e fundamentar a possibilidade objetiva de que uma outra forma de organização social é possível.

No interior da tradição marxista, o conceito de forças produtivas designa o conjunto das capacidades materiais de produção e reprodução de uma sociedade em determinado tempo histórico. Instrumentos, matérias-primas, terras e as capacidades técnicas (manuais e intelectuais) dos produtores diretos formam, em seu conjunto e em movimento, o conceito de forças produtivas. Tal

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.27-44

conceito, quando relacionado à forma específica de relação social particularizada no tempo histórico, constitui a forma social, onde o modo de produção é uma determinação essencial.

Por seu turno, a preocupação de Marx ao desvelar essa constelação categorial não é apresentar uma análise trans-histórica do desenvolvimento evolutivo das forças produtivas, ao contrário, sua intenção é desvelar a particularidade com que as forças produtivas se relacionam e entram em contradição com as relações sociais de produção no interior do capitalismo, isto é, enquanto particularidade histórica específica. Procura-se, assim, em um primeiro momento, observar esta relação contraditória mais de perto.

É oportuno lembrar que, para Marx (2013), a mercadoria constitui a forma elementar da riqueza nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Ela deve ser considerada um dúplice de valor de uso - na medida em que satisfaz necessidades específicas - e valor, cuja grandeza é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, sob condições sociais de produção dadas. Na sociedade mercantil, os valores de uso constituem os suportes materiais dos valores de troca. O valor de troca inicialmente aparece determinado por sua equivalência na relação com outras mercadorias e posteriormente com base no equivalente universal, o dinheiro, que expressa a proporção em que valores de uso de diferentes tipos são trocados, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por sua vez, o valor de troca é veículo do valor, pois carrega o valor.

O valor é o que põe e repõe a dinâmica social. A produção capitalista, portanto, tem como objetivo fundamental imediato viabilizar a valorização do capital, a criação de mais-valor, não a satisfação de necessidades humanas que são consequência necessária. Desse modo, cabe lembrar que, para produzir mercadorias, não é suficiente só produzir valores de uso, mas é preciso transferir por meio da troca para outrem, dando origem a um valor de uso social.

Ademais, como revela Marx (2013), assim como a mercadoria possui um duplo caráter, o trabalho que produz mercadorias também

possui caráter duplo: trabalho concreto (produz valores de uso de qualidades diferentes) e trabalho abstrato (produz valores de quantidades diferentes). Na análise marxiana, a fundação da produção burguesa está dada pelo valor que esconde na mercadoria o seu segredo como forma de riqueza abstrata, forma de relação social específica: o valor é o telos da forma social capitalista.

A substância do valor é o trabalho humano, isto é, o trabalho abstraído das suas particularidades específicas e que revela possuir essa mesma qualidade: ser resultado do trabalho humano. O valor das mercadorias é gerado como resultado de sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato, em sentido fisiológico, como desgaste de músculos, nervos, cérebro, entre outros componentes vitais, como massa indiferenciada de dispêndio de vitalidade humana (Marx, 2013). Neste particular, é importante registrar que Rubin (1987) chama a atenção em relação à necessidade de não reduzir trabalho abstrato a um conceito fisiológico, que é seu pressuposto, visto que enquanto tal não é trabalho abstrato nem cria valor. Nesta perspectiva, fica patente que o valor do produto do trabalho é uma “função social” e não uma condição natural, portanto, o trabalho que cria este valor é uma substância social, histórica e não somente uma substância fisiológica.

Como resultado da dinâmica contraditória do capital, com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas do trabalho social, se produzem mais mercadorias com menor massa de trabalho nelas cristalizado e, na medida em que o tempo de trabalho requerido para a sua produção é menor, conseqüentemente, o seu valor é menor, aspecto que força o capitalismo a aumentar prementemente a produção. Isso cria uma contradição crescente, dado que tais forças produtivas apresentam a possibilidade de criação exponencial de mercadorias, mas, estando subsumidas à riqueza capitalista, requerem a necessidade de trabalho humano direto como fonte do valor e como única possibilidade de acesso ao produto social por parte dos produtores diretos.

Desse modo, como consequência do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, cresce o trabalho objetivado em relação

ao trabalho vivo. Isto representa uma proposição tautológica, "pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho" (Marx, 2011, p. 705), expressando, desse modo, a autonomia mais extraordinária das condições objetivas do trabalho em relação às condições subjetivas, ao trabalho vivo. Como resultado desta dinâmica, existe a tendência de criar uma população excedente às necessidades médias de acumulação, na medida em que o capital constante (parte do capital destinado à compra de meios de produção) aumenta à custa da diminuição relativa do capital variável (parte do capital destinado à compra de força de trabalho) (Marx, 2013). Trata-se de uma "contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza" (Marx, 2011, 588-89).

Destarte, o capital contraditoriamente precisa revolucionar a base de sustentação que o fundamenta, retirando do processo o único elemento que lhe subsidia: o trabalho vivo, a força de trabalho. Essa lógica direcional impacta o capital social total, pressionado pela concorrência entre os capitais individuais. Em consequência, resultam massas de capitais com magnitudes maiores, mas cada vez menos numerosas. Esse movimento redistribui e reorganiza as relações sociais de acordo com o novo patamar exigido pelas forças produtivas, tanto no interior do trabalho quanto do capital.

A centralização e a concentração dos capitais são movimentos consequentes e cegos da concorrência encarnizada na guerra de todos contra todos. Os capitais maiores açambarcam os capitais menores. Fusões, trustes e bancarrotas são caminhos conhecidos pelos capitais de menor magnitude. O capital, valor em expansão, precisa expandir-se e para isso não reconhece barreiras morais ou legais, ou melhor, a moralidade e a legalidade são formadas de acordo com a sua necessidade: a necessidade de sua reprodução.

Por estar condicionado ao trabalho humano direto, o avanço das forças produtivas se resume, em linhas gerais, a reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as mercadorias, aumentando a produtividade e pondo, de tempos em tempos, um contingente maior de seres humanos à mercê de sua própria sorte. Deste modo, ainda que o trabalho humano direto continue sendo a medida do valor, o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas sob o capital - tendo o desenvolvimento tecnológico e científico ligados à produção no interior da grande indústria - institui uma condição em que “a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (Marx, 2011, p. 587). Por essa razão, o trabalhador, em vez de ser o agente central, se posiciona ao lado do processo de produção. Assim, o que “se apresenta como base da produção e da riqueza” é a apropriação de sua própria força produtiva geral. Logo, o trabalhador é incorporado como apêndice vivo ao movimento morto da maquinaria (Marx, 2013, p. 494).

Sob esta condição, a dinâmica do capital avança em um sentido onde as forças produtivas chocam-se frontalmente com as relações sociais de produção. Dito de outro modo, as forças produtivas do trabalho, condição necessária para a libertação da humanidade do trabalho humano direto, tornam-se, no capitalismo, forças com potenciais destrutivos da humanidade e da natureza sem precedentes. Esta é, sem dúvida, uma das principais contradições do capitalismo.

Desta forma, para confrontar essa dinâmica contraditória e direcional, é necessário que a crítica social ofereça o substrato para uma ação disruptiva e revolucionária que negue a forma valor em sua totalidade. Nessa direção, as formulações de Marx em sua crítica da economia política passam, necessariamente, pela crítica ao modo de produção baseado no valor e na mercadoria. Destarte, ainda que determinadas análises que têm como centro a crítica da distribuição do valor preservem uma validade tática e política, entende-se que uma

perspectiva baseada em uma “economia política crítica” não constitui uma “crítica da economia política”.

A superação do capitalismo implica a superação das bases que fundamentam esse modo de produção em forma e conteúdo. Não é somente na maneira como o valor é distribuído desigualmente entre as classes sociais que repousa a novidade da crítica marxiana, antes é necessário que se exponha de modo mais fundamental que sua crítica da economia política traz consigo a necessidade de superação da forma valor. Portanto, uma crítica ao modo de produção baseada nas suas categorias estruturantes: mercadoria, valor, capital, trabalho abstrato e estranhamento, e não somente ao modo de distribuição.

O conceito de centralidade do trabalho é constantemente abordado, por parte da tradição marxista, de maneira apressada ou dado como pressuposto sem a devida análise desta categoria. Se, por um lado, o estatuto ontológico do trabalho é, não raras vezes, apresentado como correlato de uma centralidade trans-histórica do trabalho, por outro lado, a crítica da centralidade do trabalho é apresentada como homóloga equivalente às teorias do fim do trabalho, como se uma crítica da centralidade do trabalho fosse um pressuposto de superação de tal centralidade no interior do capitalismo. Assume-se, desse modo, a tarefa de apresentar o que significa tal centralidade do trabalho para dirigir uma crítica a ela.

Na trilha de Marx e dos estudos tardios de György Lukács sobre a ontologia do ser social, o trabalho é a atividade que permite o *salto* do ser puramente natural para o social, ainda que preservando sua base natural e fisiológica. Dito de outro modo, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana (Marx, 2013, p. 255), a própria natureza do ser humano é modificada, na medida em que ele modifica a natureza (Marx, 2013, p. 225; Lukács, 2013, p. 129). O estatuto que o trabalho representa nesta dimensão do ser social, ao contrário do que se possa imaginar, não é de centralidade, é de estabelecimento, instituição, fundação, por assim dizer. Marx destaca o descomunal espaço temporal entre este período (possivelmente o período

Paleolítico) e a forma do trabalho na moderna sociedade produtora de mercadorias. Segundo o autor:

[...] [n]ão se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. (Marx, 2013, p. 255).

Na gênese do ser social, o trabalho atua como complexo (categoria lukacsiana) originário que possibilita a formação de outros complexos sociais, isto é, na medida em que o ser social desenvolve suas capacidades na esfera do trabalho, afasta-se lenta e paulatinamente das barreiras naturais. Diante disso, na mesma medida em que surgem novas necessidades a serem enfrentadas e satisfeitas, surgem novos complexos, o que Lukács apresenta como “complexos de complexos” (Lukács, 2013, p. 162). Isso mostra que, uma vez que o ser social *se torna social* pela via do complexo do trabalho, que o funda, este ente cria novos e múltiplos complexos que não estão compelidos ao complexo do trabalho, ao contrário, os novos complexos tornam-se proporcionalmente menos dependentes do complexo do trabalho (Duayer, 2012, p. 45). Deste modo, o conceito de centralidade não se apresenta como uma categoria explicativa possível, visto que os complexos de complexos tornam o ser social um ser consequentemente plurifacetado. Segundo Lukács (2013, p. 161-62),

[...] [n]em é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo [...]. Tampouco poderá haver qualquer dúvida quanto ao fato de que, igualmente, a divisão do trabalho forme um complexo [...]. E é igualmente compreensível que os diversos grupos – permanentes ou ocasionais – que se originam da divisão do trabalho tampouco possam existir e funcionar independentemente uns dos outros, sem estar inter-

relacionados. [...]. Assim sendo, até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes.

Por seu turno, o capitalismo preserva uma particularidade ante todas as formas sociais que o antecederam. Segundo Marx, a forma específica de relação social que se engendra no capitalismo “não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado [...] da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social” (Marx, 2013, p. 244). Portanto, é somente na forma social capitalista que o trabalho ganha um novo sentido, preservando a sua característica de ser produtor de valores de uso, ele realiza uma função até então inexistente, isto é, o trabalho torna-se a mediação das relações sociais. Desta forma, todas as esferas da vida social estão, agora, necessariamente subsumidas à esfera do trabalho. É esta característica histórico-social específica do trabalho que determina a sua centralidade sob o capital. Se nas formas sociais que precederam o capitalismo, os seres humanos, pelo fato de constituírem um conjunto múltiplo de relações sociais, também trabalhavam, agora, pelo fato de trabalharem, é que constituem o conjunto de suas relações sociais. Onde antes o trabalho era uma esfera da vida social, agora, é a mediação do conjunto de tais relações sociais.

É mérito de Moishe Postone (2014) a ênfase da leitura na revisão da obra de Marx, na contramão do que chama de marxismo tradicional. O autor aponta que, sob o capital, o trabalho assume centralidade, visto que o pertencimento social e a forma para ter acesso aos produtos dos demais só são possíveis através do trabalho. A partir da reinterpretação da teoria crítica madura de Marx, o autor sublinha que a “centralidade do trabalho” não subentende uma noção trans-histórica do trabalho, ao contrário, é determinada pela composição histórica peculiar que o trabalho adquire no capitalismo, condicionando um tipo de mediação social, relações específicas e características distintivas desta sociedade que só existem por meio dele.

Como mostra Marx (2011), na sociedade capitalista, apesar de a mercadoria ser a principal categoria estruturante, o trabalho e seus produtos não são distribuídos por relações de poder e dominação explícitas de tipo tradicional, características de formas de organização social anteriores. Em contraposição, sob o capital, as relações de dependência tradicionais são substituídas por um tipo de interdependência universal determinada pelo fato de que todos dependem da produção de todos, na medida em que o consumo não é satisfeito nem determinado pela própria produção. Desse modo, a troca medeia a conexão social de indivíduos indiferentes entre si e se apresenta a eles como exigência para poder participar da capacidade da produção universal, assim como para transformar seus próprios produtos em meios de vida, possibilitando, desse modo, ter acesso ao produto dos demais.

Para Postone (2014, p. 20), esta forma de interdependência social por meio do trabalho como mediação é a forma específica de uma estrutura de dominação abstrata e impessoal, típica da moderna sociedade produtora de mercadorias. Essa tese encontra referência em Marx, o qual assinala que o caráter social da atividade, do produto e da participação dos sujeitos no interior da produção, manifesta-se como algo *estranho* aos sujeitos, que ao constituírem suas práticas sociais, subordinam-se a imperativos alheios à sua vontade e que “nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si” (Marx, 2011, p. 105).

A universalização da troca de atividades e produtos do trabalho, ou seja, a generalização da forma mercadoria, condição necessária para “todo indivíduo singular”, aparece para os sujeitos como “algo estranho, autônomo e como uma coisa” (Marx, 2011, 158). Se nas formações sociais pré-capitalistas as relações de dominação se constituíam de maneira tradicional e pessoal, sob o capitalismo, tal dominação, para Marx, se estrutura de forma coisal. Dessa forma, a “independência pessoal fundada sobre uma dependência coisal é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais” (Marx, 2011, p. 106).

Consequentemente, essa dependência coisal se torna tão mais acachapante aos indivíduos quanto mais os indivíduos são alienados dos meios e dos produtos dos seus trabalhos. Dito de outro modo, quanto mais se autonomiza o trabalho objetivado frente ao trabalho humano direto, tanto mais o mundo das mercadorias se torna estranho aos sujeitos que o produzem, apresentando-se de maneira hostil.

Por fim, essa forma de relação social se torna mais dramática pelo caráter dinâmico do capital. Visto que, se no interior da forma social capitalista, o aumento do trabalho corresponde a um aumento na massa de riqueza material, esse aumento da massa de riqueza, contraditoriamente, apresenta como tendência uma queda simultânea na massa de valor. Marx aponta esse atributo antitético como sendo próprio do trabalho no capitalismo, quer dizer, correspondente ao seu duplo caráter. Portanto, a depender da variação da força produtiva, “que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza do valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa”. (Marx, 2013, p. 123).

Isto posto, observa-se que no capitalismo, quanto mais se desenvolve o mundo das mercadorias, como resultado das objetivações do trabalho social, tanto mais os trabalhadores são vilipendiados em sua subjetividade. Quanto mais o capital necessita de trabalho humano direto como fonte de valor, tanto menos trabalho humano direto tende a participar do processo produtivo, em consequência da concorrência entre os capitais. Como já apontado, o trabalho na sua dimensão fundante foi basilar para o desenvolvimento do ser social, representando um modo de vida. Sob o capitalismo, como consequência da centralidade que exerce como forma de mediação social, o trabalho se torna condição de morte para um contingente crescente de seres humanos supérfluos. Logo, entende-se que a crítica anticapitalista precisa ter como pressuposto uma crítica da centralidade do trabalho, de forma que a superação do capitalismo precisa ser a superação de suas categorias estruturantes como mediação das relações sociais.

Em síntese, a análise da particularidade histórica do trabalho na sociedade mercantil formulada por Marx constitui uma crítica à centralidade do trabalho e, na medida em que desenvolve uma crítica do trabalho no capitalismo, converte a natureza da crítica social fundamentada na teoria do valor de positiva em negativa (Postone, 2014; Duayer, 2011).

A crítica do trabalho no capitalismo, a crítica negativa (Escurrea, 2016), compreende o mundo social na sua dinamicidade, como mutável e abre lugar para práticas sociais compatíveis com a historicidade. Isso representa a crítica das formas correntes de figurar e descrever o mundo que são necessárias e coerentes com uma compreensão da realidade que se reproduz sempre do mesmo modo (Duayer, 2011).

Ademais, na medida em que a crítica negativa diz respeito à totalidade capitalista, não se reduz à distribuição da riqueza e à necessidade de organizar de uma forma mais justa a distribuição. Por esse motivo, a crítica da totalidade capitalista possui como centro o próprio modo de produção, tanto o capital quanto o trabalho, sendo enunciada com foco no que poderia ser, como possibilidade inerente resultante das contradições da sociedade atual. Isto significa que a crítica não se limita à exploração do trabalho e ao modo de distribuição, pois “a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não somente uma contradição entre as esferas de produção e distribuição” (Postone, 2014, p. 148).

Por sua vez, em oposição, a crítica positiva é uma crítica social do “ponto de vista do trabalho” (Postone, 2014, p. 84), não aponta para além do existente, dado que consiste na crítica do presente com base no que existe, subentendendo, assim, possível só uma alteração no interior da formação social capitalista que não se dirige para além da totalidade existente. Diante disto, Duayer (2011) reforça que a compreensão, descrição e as práticas estimuladas por tal crítica sempre se circunscrevem a este mundo imediato, anistórico, na medida em que diz respeito a uma crítica que considera o presente como um dado sem possibilidades de superação e transformação. Por conseguinte, a crítica

positiva interdita por princípio “toda prática que transcende os limites da reprodução do existente, seja em conformidade com uma concepção anistórica da sociedade, seja em razão de uma concepção da história como absoluta contingência” (Duayer, 2011, p. 99). Todavia, o autor explicita que essa concepção não significa indiferença às infâmias desse mundo, porém se as misérias sociais resultam desta forma de organização social, uma ciência social, sendo positiva, não tem como investigar as verdadeiras causas das misérias e mazelas sociais, restringindo-se, por isso, a estudar maneiras de amenizar e gerenciar os efeitos dos sofrimentos cotidianos sempre no interior deste mundo. Neste contexto, também é possível identificar análises com base em críticas positivas do ponto de vista do trabalho que fundamentam a possibilidade de organizar a produção de uma forma mais justa e racional, baseada no modo de produção próprio do capitalismo.

Lutas políticas que visam refrear as tendências autodestrutivas do capital se sustentariam em um debate crítico, porém positivo. De fato, a crítica positiva também representa uma crítica social, mas não consegue atingir as bases do sistema social vigente, não consegue negá-lo estruturalmente. A crítica positiva ao capital transita por dentro do estatuto ontológico do capital. Do contrário, uma crítica de fato, uma crítica negativa, uma crítica que negue o capital como relação social, deveria se dar a partir das construções postas por outros estatutos ontológicos (Duayer, 2012).

Neste sentido, análises que tematizam a revolução social e as ações contra a dominação de classe, no plano ontológico da sociabilidade do capital, seriam irracionais. Entretanto, tal movimento é comumente realizado por sindicatos, pelo debate acadêmico e político. No primeiro caso, arvora-se, por exemplo, como solução, propostas de redução da jornada de trabalho sem redução de salário ou a semana de quatro dias úteis. Trata-se de um cenário factível frente ao atual estágio das forças produtivas do trabalho e que também faz sentido do ponto de vista da fisiologia humana. Se trabalha dobrado, se realizam trabalhos concomitantes por força das mudanças tecnológicas, então há de se esperar que o descanso seja adequado à

produtividade requerida. Neste caso, o que se procura ressaltar é que, apesar de constituir um componente fundamental para garantir melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora, não se deve perder de vista que é algo absolutamente funcional ao capital.

No caso do debate acadêmico, é habitual se perder em temas como o desemprego estrutural e o fim do trabalho. Aqui, destaca-se que, o trabalho, como modelo da práxis do ser social, sempre será fundante, mas, sob a dinâmica do capital, como abordado no item anterior, entende-se que o trabalho adquire centralidade, isto significa que há de se manter uma determinada relação entre os sujeitos mediada pelo trabalho indiferenciado, expresso no tempo de trabalho que se converte em dinheiro, onde as características úteis do trabalho são subsumidas à dinâmica do valor.

Já na política, a resposta costuma ser via transferência de renda, defendida por atores dos diversos campos políticos da direita e da esquerda. Neste caso, a dúvida aparece mais sobre valores, requisitos e formas: se renda mensal vitalícia ou benefício assistencial aos mais pobres. Se em algum momento este soou como um debate “progressista”, hoje, no contexto pós-pandêmico, parece mais evidente que é condição mesmo da conservação do *status quo* da dinâmica do capital.

Em síntese, o que se busca mostrar aqui é que, por mais que a redução da jornada, a redução de postos de trabalho e a transferência de renda se apresentem como fenômenos característicos das contradições do capitalismo, podendo parecer como zona limítrofe dos processos de exploração, a forma de dominação posta pela relação social baseada na produção de mais-valor segue intacta. Neste sentido, Postone (2014), em concordância com Marx, observa, por exemplo, que as manifestações de luta de classes entre representantes do capital e trabalhadores relacionados ao tempo de trabalho ou a questões distributivas são estruturalmente inerentes ao capitalismo e, consequentemente, relevantes e constitutivas do sistema, aspecto que chama a atenção para seus limites, apesar de não desqualificar tais lutas

nem sua necessidade de existência para garantia de melhores condições de vida.

A crítica ontológica é voltada de forma específica para o “ser da coisa”, àquilo que existe e continuará a existir, independentemente do que se saiba sobre. Portanto, qualquer crítica negativa a um fenômeno resultante da ordem social capitalista deve necessariamente atingir e dar visibilidade a categorias básicas e estruturantes do modo de produção capitalista, questionando com base na crítica da economia política marxiana os próprios fundamentos da sociedade capitalista. Desse modo, concorda-se com o argumento de Jappe (2013) sendo essas as categorias que devem ser objeto da crítica na medida em que constituem o centro da especificidade negativa do capitalismo moderno, e não somente a existência de classes sociais, do lucro, do mais-valor, do mercado e das relações jurídicas de propriedade, sendo fenômenos decorrentes, fundamentalmente, das formas de distribuição do valor.

Inclusive, com o objetivo de impedir a repetição de formulações que pareçam meros enunciados abstratos, cabe registrar também a observação realizada por Jappe (2013) sobre a necessidade de afirmar a inexistência de uma teleologia que conduziria ao comunismo ou à emancipação. De fato, a emancipação não pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento ou perpetuação do próprio capitalismo, mudando somente os gestores ou libertando as forças que ele mesmo teria criado. O autor assinala que não existe a possibilidade de fugir da coação estrutural do sistema a partir do acesso a suas funções, mostrando, inclusive, que na atualidade muito do que se apresenta como crítica do capitalismo não é parte da solução e sim a do problema, na medida em que se limita a procurar bodes expiatórios e a propor reformas. Diante disso,

[...] a emancipação não pode ser outra coisa senão a libertação em relação àquilo que impede a autonomia num nível mais profundo e mais geral. Essa emancipação só pode dizer respeito ao sistema capitalista e tecnológico em seu conjunto, sem privilegiar um desses dois aspectos [...] nada de simples

‘apropriação’ da tecnologia industrial por parte de uma sociedade com pretensões ‘não capitalistas’, nada de sair da tecnologia, ou de seus excessos, sem demolir a valorização do valor, o trabalho abstrato e o capital. É preciso centrar fogo no fetichismo, enquanto sistema já pronto e acabado em que nenhuma decisão, pequena ou grande, é mais possível. (Jappe, 2013, p. 30-1).

Nesta direção, vale lembrar, como assinalado anteriormente, no esboço dos diferentes estágios de desenvolvimento das formas sociais, Marx (2011) destaca que as primeiras formas eram caracterizadas por relações de dependência natural e pessoal, com avanço da produtividade de maneira limitada e em pontos isolados. Em contraposição, o autor mostra que o segundo estágio de desenvolvimento das formas sociais corresponde à forma burguesa, específica de riqueza como valor, com sua forma particular de individualidade social que, fundada na oposição entre capital e trabalho assalariado, “é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor” (Marx, 2011, p. 587). O terceiro estágio seria resultado das condições criadas pelo segundo, e consistiria na “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” (Marx, 2011, p. 106). Nesse terceiro estágio, “a distribuição modificada dos meios de produção partiria de uma base de produção nova, *modificada*, originada somente por meio do processo histórico” (Marx, 2011, p. 707). Vale dizer, não se trataria do mesmo modo de produção com um modo de distribuição mais justo, mas de uma base de produção transformada. Evidentemente, Marx realiza aqui uma crítica do trabalho no capitalismo, crítica que, não limitada à distribuição da riqueza, tem como objeto tanto o capital quanto o trabalho. Só assim seria possível alcançar a plena realização da liberdade como controle do trabalho por parte da humanidade e do desenvolvimento pleno das individualidades e, como consequência, a riqueza como valor e o estranhamento inerentes à sociedade capitalista seriam superados. Nas suas palavras,

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral [...] Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. (Marx, 2011, p. 588).

Em suma, com as breves considerações aqui apresentadas, é possível afirmar mais uma vez que para ser crítica negativa deve necessariamente ser crítica que nega a ontologia da ordem capitalista na medida em que constitui uma crítica do trabalho no capitalismo e de suas categorias estruturantes (mercadoria, valor, capital, trabalho abstrato, estranhamento). Sustenta-se que a crítica negativa representa uma leitura anticapitalista do trabalho, assim como uma leitura crítica da natureza extremamente destrutiva do modo de produção capitalista que deixa patente as consequências do desenvolvimento das forças produtivas no decorrer dos séculos na natureza e na vida humana, revelando o total afastamento de qualquer caráter civilizatório.

Referências

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUAYER, Mário. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda*, v. 17, p. 88–99, 2011.

DUAYER, Mário. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro. 1º Semestre de 2012. 29, v. 10, p. 35-47. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2012.

DUAYER, Mário.; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. In: *Em Pauta*, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2015 – n, 35, v,13, p. 15-36. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2015.

ESCURRA, Maria Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. In: *Verinotio*. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X. Ano XI. out./2016. n. 22. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.04131558727595544.pdf>, Acesso em: 28 de março de 2025.

FORTES, Ronaldo Vielmi. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. In: *Verinotio*. Revista online de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X, Ano XI, out/2016. n. 22. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.04131558727595544.pdf>, Acesso em: 28 de março de 2025.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria da ação comunicativa*. Volume 2: Para a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HEINRICH, Michael. *Crítica de la economía política*. Una introducción a El Capital de Marx. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte*. A decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. s/d. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/mpt1.htm> : Acesso em: 11 de março de 2025.

RUBIN, Isaak. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.